

GABARITO COMENTADO - SIMULADO 16/12/2017

LÍNGUA PORTUGUESA

Renata Maia e Carol Sales

01. LETRA C

Na frase do enunciado, o vocábulo ONDE está sendo usado de modo absoluto, pois não se refere a nenhum termo expresso anteriormente, podendo-se, dessa forma, pressupor que se refira a algum termo implícito, tal qual “(O lugar) onde o Direito e a Literatura se encontram.”

Na assertiva C, observa esse mesmo emprego, em que a palavra ONDE não se refere a termo locativo explícito, portanto foi empregada de forma absoluta.

02. LETRA C

No enunciado, a palavra em destaque classifica-se como um pronome relativo e está exercendo a função de objeto direto da Oração Subordinada Adjetiva Restritiva “que mandou enforçar”.

Na letra c, o pronome relativo exerce também a função de objeto direto da oração adjetiva.

03. LETRA C

O enunciado fala dos verbos abundantes, que são aqueles que apresentam tanto o particípio regular quanto o irregular.

A única assertiva que traz verbo abundante é a letra C, pois há as formas ganhado (part. regular) e ganho (part. irregular). Contudo, na assertiva, só se pode usar o particípio regular, visto que, sendo o verbo abundante, usam-se os auxiliares TER e HAVER com o particípio regular (ter ou haver ganhado) e SER e ESTAR com o particípio irregular (ser ou estar ganho).

04. LETRA A

No enunciado, a crase é obrigatória, pois o verbo agarrar exige a preposição A, e o substantivo saco está precedido de artigo definido feminino A.

Na letra A, observa-se a mesma obrigatoriedade e em decorrência da mesma justificativa, pois o verbo aspirar, sinônimo de almejar, exige a preposição A, e, antes do pronome possessivo SUA, há o artigo definido feminino A.

Nessa assertiva, a crase não é facultativa, pois empregou-se o pronome substantivo possessivo, isto é, o pronome SUA substituiu o substantivo vaga, logo o artigo antes do pronome se fez obrigatório. Seria caso de crase facultativa, caso a frase fosse assim reescrita: “Tranquelize-se, aspiro àquela vaga específica, e não à sua vaga.” OU “Tranquelize-se, aspiro àquela vaga específica, e não a sua vaga.”

05. LETRA A

No enunciado, usa-se a conjunção coordenada aditiva E, que sugere fatos que se somam ou se adicionam. Na letra A, vê-se a justificativa desse conceito.

06. LETRA C

O verbo pronominal adequar-se é VTI e exige a preposição A, ou seja, adequar-se a. Na assertiva C, tanto o substantivo “necessidades” quanto o substantivo “vontades humanas”, flexionados no plural e no feminino, completam o sentido do verbo, exercendo a função de objeto indireto.

07. LETRA D

A letra D foi a única assertiva que manteve a ideia sugerida pela conjunção adversativa contudo e também manteve a interpretação original do enunciado. Além disso, não se detecta erro gramatical nela.

08. LETRA A

No enunciado, empegou-se a conjunção explicativa POIS, iniciando Oração Coordenada Explicativa. Essa conjunção é empregada introduzindo um fato posterior ao da Oração Coordenada Assindética, que precede a Oração Coordenada Explicativa.

09. LETRA C

Nos trechos II e IV, os verbos são VTD.

10. LETRA C

Como a frase dada pela banca não tem coerência, trata-se de um paradoxo. Não há como ter pressa e andar devagar, assim como não há como doer e não sentir.

11. LETRA D

A conjunção explícita é exemplo de comparação. A conjunção implícita é metáfora.

12. LETRA C

Infere-se inicialmente que o Cascão calçaria o sapato, em seguida observa-se que a frase possui um outro sentido, dando ao texto um caráter polissêmico. Há várias possibilidades de interpretação.

13. LETRA A

O texto é subjetivo, o autor externa seus sentimentos, o significado do texto requer interpretação. Não há regionalismo no texto.

14. LETRA A

O poeta usa 1ª pessoa. Ela fala sobre a dificuldade de se expressar com palavras.

15. LETRA D

Ele mostra sorriso, mas não sente alegria.

16. LETRA D

O posicionamento do autor denota subjetividade.

17. LETRA C

A e B extrapolam e generalizam o texto. Não há relação de causa e consequência no texto.

18. LETRA D

Termo anafórico: retoma algo dito anteriormente.

Catáfora: anuncia o que será dito.

Elipse: Omissão de um termo na oração.

19. LETRA D

20. LETRA A

Conotação: Sentido figurado.

Denotação: Sentido real.

Associação semântica: uso de conhecimento prévio para interpretação do trecho.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Eudson Justiniano

21. LETRA D

22. LETRA B

23. **LETRA B**

24. **LETRA D**

25. **LETRA D**

26. **LETRA B**

27. **LETRA D**

28. **LETRA A**

29. **LETRA D**

30. **LETRA A**

31. **LETRA D**

32. **LETRA D**

33. **LETRA B**

LEI ORGÂNICA E REGIMENTO INTERNO

Carol Mesquita

34. **LETRA D**

É FALSA, POIS O PRAZO PREVISTO NO ART. 94 DA LOMBH É DE 60 DIAS.

35. **LETRA A**

LETRA A - A ESTÁ CORRETA SEGUNDO O ARTIGO 93 DA LOMBH.

LETRA B - INCORRETA – ART.106 DO REGIMENTO

LETRA C - INCORRETA - ART.106, PAR. ÚNICO DO REGIMENTO

LETRA D - INCORRETA - ART.104 DO REGIMENTO

36. **LETRA B**

É FALSA, POIS O QUORUM APRESENTADO NO § 1º DO ART. 74 É DE 2/3. - Quando se tratar de matéria relativa a empréstimos, concessões de isenções, incentivos, benefícios fiscais e gratuidades nos serviços públicos de competência do Município

37. **LETRA D**

É FALSA, POIS CONTRARIA O ART. 76, § 4º - A Mesa da Câmara pode, de ofício ou a requerimento do Plenário, encaminhar, por escrito, pedido de informação a secretário, a dirigente de entidade da administração indireta e a outras autoridades municipais, e a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização.

38. LETRA A

LETRA A - A ESTÁ CORRETA SEGUNDO O ARTIGO 102 DA LOMBH.

LETRA B - INCORRETA – ARTIGO 103 DA LOMBH.

LETRA C - INCORRETA - ARTIGO 103, PAR. ÚNICO DA LOMBH.

LETRA D - INCORRETA - ARTIGO 105, PAR. 1º DA LOMBH.

39. LETRA B

LETRA A - INCORRETA SEGUNDO O ARTIGO 70 DA LOMBH.

LETRA B - ESTÁ CORRETA – ARTIGO 78, I, a, DA LOMBH.

LETRA C - INCORRETA - ARTIGO 81 DA LOMBH.

LETRA D - INCORRETA - ARTIGO 70, PAR. único DA LOMBH.

40. LETRA A

LETRA A - A ESTÁ CORRETA SEGUNDO O ARTIGO 19, PAR. 4º do regimento da CMBH.

LETRA B - INCORRETA – ARTIGO 79,VII DA LOMBH.

LETRA C - INCORRETA - ARTIGO 25 DO REGIMENTO DA CASA LEGISLATIVA.

LETRA D - INCORRETA – ARTIGO 79,III E § 2º - Nos casos dos incisos I, II, III e VIII, a perda de mandato será decidida pela Câmara por voto secreto e maioria de seus membros, mediante provocação da Mesa ou de partido político devidamente registrado.

41. LETRA C

É FALSA, POIS O PREFEITO NÃO ESTÁ ENTRE AS AUTORIDADES QUE PODEM SER CONVOCADAS, CONTRARIANDO O ART. 82, § 2º, - IV - convocar, além das autoridades a que se refere o art. 76, § 4º, servidor municipal para prestar informação sobre assunto inerente às suas atribuições, constituindo infração administrativa a recusa ou não-atendimento no prazo de trinta dias;

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Gláucia Felix

42. LETRA C

a) relaciona-se à intervenção de terceiros, sendo obrigatório o ingresso, na causa, daquele que tenha sido afetado, econômica e juridicamente, em seu direito subjetivo.

b) está vinculado à segurança jurídica, sendo imprescindível que a conclusão do julgado tenha coerência direta e explícita com sua fundamentação.

c) atrela-se à prova, de modo que cabe ao magistrado avaliar livremente a oportunidade de produção da prova e a valoração do seu conteúdo.

d) conforma-se com as regras sobre nulidade processual, de modo que não se reconhece nulidade sem prejuízo à parte.

COMENTÁRIO:

Ensinam Cintra, Grinover e Dinamarco (2008, p. 73) que o princípio do livre convencimento, abordado em sua obra como princípio da persuasão racional, “regula a apreciação e avaliação das provas existentes nos autos, indicando que o juiz deve formar livremente sua convicção. O Juiz, mesmo não tendo uma liberdade infinita, tem a possibilidade de valorar livremente a prova conforme o caso concreto para proferir a decisão mais justa e equitativa.

43. LETRA B

a) da eventualidade ou especificidade.

b) da correlação ou congruência.

c) do livre convencimento e persuasão racional.

d) da legalidade e isonomia processuais.

COMENTÁRIO

Art. 492 do CPC. É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

Parágrafo único. A decisão deve ser certa, ainda que resolva relação jurídica condicional.

O juiz não poderá julgar fora, além ou aquém do que foi pedido. Ele está adstrito, vinculado à demanda formulada pelo autor.

44. LETRA C

a) Se aplica ao processo judicial e ao processo administrativo, exceto nos casos em que a autoridade exerça poder discricionário.

b) Abrange, juntamente com a ampla defesa, os meios e recursos que asseguram o duplo grau de jurisdição e o acesso aos tribunais superiores

c) Nos processos que versam sobre direitos disponíveis, ele assegura a comunicação de todos os atos processuais e faculta a possibilidade de intervir de forma útil para a formação do convencimento do juiz.

d) Fica impedida a concessão de liminar “inaudita altera pars” somente quando houver requerimento de urgência por parte da Fazenda Pública.

COMENTÁRIO

O princípio do contraditório apresenta duas dimensões:

- Dimensão FORMAL - que é o direito de participar do processo que lhe diga respeito, ser comunicado;
- Dimensão SUBSTANCIAL - que é o poder de influenciar no convencimento do juiz.

Assim, chegamos a seguinte fórmula: **CONTRADITÓRIO = PARTICIPAÇÃO + PODER DE INFLUÊNCIA.**

Vejam os a questão: Nos processos que versam sobre direito disponíveis, ele assegura a comunicação dos atos processuais (DIMENSÃO FORMAL) e faculta a possibilidade de intervir de forma útil para a formação do convencimento do juiz (DIMENSÃO SUBSTANCIAL).

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

45. LETRA D

Está de acordo com o art. 57, II e § 4º da Lei 8.666/93.

46. LETRA C

Está de acordo com o art. 40, §5º da CR/88.

47. LETRA A

Está de acordo com o art. 41, §3º da CR/88.

48. LETRA C

Está de acordo com a literalidade do art. 37, caput da C/88.

49. LETRA C

Administração Centralizada está ligada à administração pública direta, isto é, a União, Estado, Distrito Federal e município.

50. LETRA C

Está de acordo com o art. 87, IV da Lei 8666/93.

51. LETRA B

A rescisão administrativa deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, exigindo tal autorização quando a rescisão for amigável. Está errado o NÃO SE EXIGINDO.

52. LETRA D

Entre o ente instituidor e o instituído há autonomia e não hierarquia ou subordinação.

53. LETRA D

Os bens públicos de uso comum do povo são inalienáveis, enquanto mantiverem essa qualidade.

FINANÇAS PÚBLICAS

Rodrigo Borges

54. LETRA D

54. A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem a finalidade precípua de orientar a elaboração dos orçamentos fiscal e da seguridade social e de investimento das empresas estatais. De acordo com o **parágrafo 2º do Art. 165 da CF**, a LDO:

- I. Compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. **SIM, LITERALIDADE DA LEI.**
- II. Orientará a elaboração da LOA. **SIM, LITERALIDADE DA LEI.**
- III. Disporá sobre as alterações na legislação tributária. **SIM, LITERALIDADE DA LEI.**
- IV. Estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. **SIM, LITERALIDADE DA LEI.**

Estão **corretas** apenas as afirmativas:

- a) I, II
- b) II, III, IV
- c) I, IV
- d) I, II, III, IV**

55. LETRA A

55. Sobre Orçamento Público, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

- () Princípio da Unidade: o orçamento deve ser uno, ou seja, deve existir apenas um orçamento para dado exercício financeiro. **SIM, PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS LEGAIS. ART. 2º LEI 4.320/64**
- () Princípio da Universalidade: é o princípio pelo qual o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado. **SIM, PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS LEGAIS. ART. 2º LEI 4.320/64**
- () Princípio da Exclusividade: a lei orçamentária deverá conter apenas matéria orçamentária ou financeira. **SIM, PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS DEMAIS. ART. 165, § 8º CF/88**

A sequência está **correta** em:

- a) V, V, V**
- b) F, V, F
- c) V, V, F
- d) F, F, V

56. LETRA A

56. Em relação às leis que regem o orçamento público, dispostas no art. 165 e seguintes da Constituição Federal de 1988, é **correto** afirmar que a

- a) lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento da seguridade social, na forma da lei. SIM, LITERALIDADE DA LEI, ART. 165, § 5º DA CF/88.**
- b) lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma **centralizada**, as diretrizes, os objetivos e as metas do governo federal para as respectivas despesas **correntes**.
- c) lei orçamentária anual **NÃO** poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, desde que previsto em resolução específica do poder legislativo.
- d) lei de diretrizes orçamentárias compreenderá **apenas** metas e prioridades da administração pública federal, **sem** incluir as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

57. LETRA B

57. O **art. 165 da Constituição Federal** fixa a hierarquia dos processos de planejamento do orçamento público. Assinale-a.

- a) Lei das Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e Orçamento Anual.
- b) Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual. SIM, LITERALIDADE DA LEI.**
- c) Orçamento Anual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual.
- d) Lei das Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual e Plano Plurianual.

58. LETRA D

58. Sobre a elaboração da proposta orçamentária para 2014, marque **V** para as afirmativas **verdadeiras** e **F** para as **falsas**.

- () O PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) para o exercício seguinte deve ser enviado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional até **15 de abril** de cada ano. **NÃO, ENVIO ATÉ O DIA 31 DE AGOSTO DE CADA ANO, ADCT ART. 35, § 2º**
- () O processo de elaboração do PLOA se desenvolve no âmbito do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e envolve um conjunto articulado de tarefas complexas de competência exclusiva do ~~Ministério da Fazenda — Secretaria do Tesouro Nacional~~. **NÃO, AS AÇÕES SÃO DA SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO.**
- () O que concerne especificamente à elaboração da proposta orçamentária para 2014, essa deverá estar **incompatível** com o PPA (Plano Plurianual) 2012-2015 e com a LDO 2014. **A LOA NÃO PODERÁ CONTRARIAR O SEU PPA. ART. 166, § 3º CF/88**

A sequência está **correta** em

- a) V, V, F.
- b) V, F, F.
- c) V, V, V.
- d) F, F, F.**

POLÍTICAS PÚBLICAS

Rodrigo Borges

59. LETRA A

59. A formulação e o desenvolvimento de políticas públicas seguem etapas sequenciais no chamado ciclo de políticas públicas. Nesse ciclo, uma tarefa típica da etapa de **construção de agendas** consiste em

- a) organizar as demandas sociais. ANÁLISE DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**
- b) realizar estudo técnico de soluções para um problema público.
- c) construir alianças políticas.
- d) julgar os efeitos previstos para uma política pública.

60. LETRA C

60. Na formulação de políticas públicas de combate ao **uso de drogas**, é importante reconhecer o papel dos assistentes sociais como agentes no nível de rua. A forma pela qual a atuação desses profissionais se insere numa relação coerente de causa e efeito somente pode ser observada em retrospecto, dada a natureza emergente de suas práticas cotidianas. Suas decisões baseiam-se no seu discernimento, a cada momento, e os resultados nem sempre podem ser previstos com confiança.

É **correto** considerar que a formulação de uma política pública, nesse contexto, seja do tipo:

- a) caótica;
- b) complicada;
- c) complexa; MUITOS ATORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DESSA POLÍTICA PÚBLICA**
- d) desordenada;

***Obs.: Os comentários da disciplina de Direito Constitucional serão enviados pelo professor posteriormente.**